

**ATA Nº 11/2022, DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS
BENS AMBIENTAIS LESADOS (CRBAL)**

No dia 29/03/2022, às 14h, conforme convocação via e-mail efetuada dentro do prazo regimental, reuniram-se em evento virtual, sob a presidência do primeiro, os conselheiros Márcio Fernando Nunes, secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo; Norberto Ortigara, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Everton Luiz da Costa Souza, presidente do Instituto Água e Terra; Nelson Luiz Gomez, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná; Marcos Domakoski, presidente do Movimento Pró-Paraná; Leticia Ferreira da Silva, Procuradora Geral do Estado; e Maurício Kalache, coordenador da área de defesa do patrimônio Público do Ministério Público do Paraná, representando o procurador-geral da Justiça, Gilberto Giacoia.

O quórum foi conferido pelo secretário executivo do Conselho, Eugênio Libreloto Stefanelo, que registrou a presença dos conselheiros.

O presidente Marcio Nunes em seguida cumprimentou a todos os conselheiros, explicou que esta é a última reunião sob sua presidência, solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior encaminhada previamente aos conselheiros e a colocou em análise e em votação, sendo aprovada por unanimidade.

Em seguida, fez-se a leitura da Ordem do Dia:

1. Apresentação do Edital de Chamamento Público a ser efetuado no dia 30/03 pelo Instituto Água e Terra (IAT);
2. Prestação de contas;
3. Assuntos Gerais.

Sobre o item 1, o Presidente lembrou que tudo está pronto por parte do governo, inclusive contemplando as sugestões oferecidas pelos conselheiros e suas respectivas entidades e por outros participantes de entidades públicas e da sociedade civil, mas que pairam dúvidas sobre a possibilidade de lançamento do edital em virtude de decisão da Justiça Federal que suspendeu a movimentação de recursos pelo CRBAL. Por esse motivo, sugere que o lançamento do edital fique em suspenso até a decisão do Sr. Juiz, mesmo que não possa ser cumprida a promessa feita de lançar o edital até dia 30 de março. Sem manifestações, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Sobre o item 2, em relação a prestação de contas, o presidente também propôs o adiamento – apesar de ter certeza sobre a legitimidade da composição deste Conselho, bem como de todos os programas e projetos aprovados e seus respectivos planos de aplicação dos recursos. Como não houve qualquer desembolso financeiro ainda, a execução dos serviços e os pagamentos só poderão ser feitos após a autorização judicial. O presidente informou que será firmado nesta data de hoje um Termo de Intenção com as prefeituras, e que os convênios em si serão assinados somente após a decisão judicial liberando os pagamentos e o uso dos recursos. Então, propõe que a prestação de contas seja realizada apenas quando o dinheiro estiver liberado, e colocou a questão à apreciação dos conselheiros. O conselheiro Maurício Kalache opinou que esta é uma decisão de cautela, porque até o edital poderia ser lançado na data de hoje se assim o Conselho decidisse. Mas que em consideração aos possíveis interessados no edital, a melhor decisão é

realmente o adiamento. O presidente disse que o Conselho avançou muito em relação ao que poderia ser feito, que os trâmites burocráticos já estão todos superados e cumpridos, apenas à espera da aprovação judicial quanto a movimentação dos recursos.

Prosseguiu, dizendo que deixa este conselho muito melhor do que entrou para os desafios que virão pela frente, que deixa o cargo sem comprometer ao CRBAL, e que deixa os conselheiros “na cara do gol” para o lançamento do edital de chamamento público e a aprovação dos programas e projetos e dos planos de aplicação dos recursos referentes terceira e quarta parcelas do acordo judicial. Inclusive, com uma sugestão de distribuição apresentada na reunião anterior. E explicou que agora o governador do estado irá nomear o novo secretário, que assumirá também a Presidência do Conselho.

O conselheiro Marcos Domakoski disse que foi um privilégio participar deste Conselho, e cumprimentou o presidente pela forma democrática e transparente com a qual conduziu o CRBAL neste período, zelando pelo bom uso do dinheiro público, com uma prudência louvável. Também questionou sobre as tomadas de preço de veículos, com a suspensão dos repasses pela Justiça Federal. O secretário explicou que o Conselho fez sua parte, e que não sabe se a empresa manterá os preços – pois já estariam muito defasados. E que decisão judicial não se discute, se cumpre, então há que se aguardar. E que se o estado se sentir prejudicado, poderá ir à Justiça também para pedir indenização por perdas e danos. Mas que não há o que se fazer por ora.

O conselheiro Nelson Gomez agradeceu ao presidente pelo tempo à frente do Conselho, ressaltando que a participação neste grupo foi importante para entender melhor sobre a administração pública e a aplicação de recursos públicos.

O conselheiro Mauricio Kalache, em seguida, cumprimentou a postura de cada um dos conselheiros, e disse que a visão da Procuradoria Geral de Justiça é de que a participação plural das entidades no âmbito deste conselho garantiu a devida legitimidade para todas as decisões que foram aqui tomadas no âmbito do CRBAL, se colocando à disposição de todos os conselheiros.

Tomou a palavra novamente o presidente Marcio Nunes, que agradeceu individualmente a cada um dos conselheiros, também se colocando à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Sem mais considerações, o Presidente Marcio Nunes encerrou a reunião às 14h34 e convocou a próxima reunião ordinária deste Conselho, de número 5, para o próximo dia 5 de abril às 14 horas.